

“Restrições de ilhas” revisitadas: uma abordagem funcionalista à luz da noção de “unidade de informação”

Maria Beatriz Nascimento Decat

Recebido 29, jun. 2006/Aprovado 30, ago. 2006

Resumo

Este trabalho apresenta uma abordagem funcionalista das estruturas de “ilhas”, assim nomeadas por Ross (1967) dentro de uma visão gerativista. Pretende-se mostrar que as restrições estabelecidas por tais ilhas quanto à ocorrência de constituintes em determinados lugares da estrutura se devem ao fato de elas constituírem, funcionalmente, “unidades de informação” e, por isso, não permitindo a extração ou movimento de nenhum constituinte para fora de seus limites.

Palavras-chave: restrições de ilhas, unidade de informação, funcionalismo.

Ross (1967), em sua tese de doutorado, formulou restrições sobre regras cuja aplicação dava origem ao deslocamento de constituintes. Tais regras postulavam o deslocamento de um nóculo para o início da sentença, que iria para a esquerda do nóculo S, através do processo de adjunção chomskiana, o qual consistia em inserir um elemento sob um nóculo que já existisse e, também, em criar uma cópia desse nóculo sob o nóculo existente. Depois de Ross (1967), foram feitas várias propostas para explicar esse deslocamento, as quais se baseavam na existência do elemento COMP, que ora seria substituído, ora teria o constituinte deslocado (no caso presente, o sintagma nominal interrogado – SN-q) à sua esquerda; e ora o SN-q se deslocaria para a posição de COMP, à esquerda do complementizador, em estruturas como, por exemplo: *Geo me perguntou o que que eu vou comprar.*

Saber se o movimento de SN-q se deu em substituição a COMP, ou para a esquerda desse, não é o objetivo deste trabalho. Aqui pretende-se explicar os lugares de ocorrência, ou não, de um SN-q na língua em uso. Assim, fala-se em deslocamento por mera finalidade de exposição do fato, o que não quer dizer que se esteja admitindo deslocamento dentro da estrutura, visto que a abordagem, aqui, é funcionalista e, como tal, toma a língua em sua materialidade, em sua real manifestação.

As restrições formuladas por Ross (1967) sobre as regras de movimento/deslocamento de constituintes impediam, portanto, que determinados elementos fossem extraídos de dentro de certas estruturas, a que ele chamou de “ilhas”. Essas estruturas, por seu próprio caráter de isolamento – daí, “ilhas” – impunham restrições quanto ao deslocamento de elementos para fora delas, como se estivessem ‘encapsulados’. O autor arrolou como “ilhas” as construções de orações relativas, os sujeitos sentenciais, os SNs especificadores da esquerda, as estruturas coordenadas, as interrogativas indiretas e as orações complementos de nomes.

Em Decat (1978), trabalhando com interrogativas diretas no português, tratei das condições que determinavam o movimento do sintagma nominal, quando interrogado. O trabalho foi desenvolvido à luz da fundamentação teórica de base gerativista (mais especificamente, a teoria padrão), tendo nos postulados de Chomsky a linha central da argumentação. Os dados utilizados foram de introspecção, submetidos a julgamentos de gramaticalidade, como era o usual na época. Em linhas gerais, a análise centrou-se em estruturas do tipo das abaixo:

- (1) a- Cláudia comprou que livro?
b- Que livro Cláudia comprou?
- (2) a- Olavo disse que Cláudia comprou o quê?
b- O que Olavo disse que Cláudia comprou?

Pela comparação de (1 a-b) e (2 a-b) acima, evidencia-se que a análise tratou do movimento de SN-q tanto em sentenças simples quanto em sentenças complexas. Em dado momento do trabalho afloraram dados como as sentenças exemplificadas abaixo, extraídas de Decat (1978):

- (3) a- Ela fugiu quando quem apareceu na porta?
b- *Quem ela fugiu quando apareceu na porta?
- (4) a- Biba chorou porque sua colega quebrou o quê?
b- *O que Biba chorou porque sua colega quebrou?

Algum problema existia com as sentenças acima que não permitia o movimento do SN-q para o início de toda a sentença. Comparando (3) e (4) com (2) acima observa-se que todas constituem casos de sentenças complexas formadas por subordinação (pelo menos como se entendia a subordinação na época). Qual era, então, o problema com (3) e (4)? Por que a regra ali não se aplicava? A hipótese que logo surgiu foi a de que as estruturas com orações subordinadas não permitiam tal movimentação. Entretanto, por que (2b) era gramatical e (3b)-(4b) não eram? A conclusão decorrente dessa primeira hipótese foi a de que as orações subordinadas adverbiais não admitiam, ao contrário das substantivas, a aplicação da regra de movimento. A análise de Ross (1967) não apresentava solução para o fato exemplificado em (3) e (4), uma vez que sua análise não incluía orações adverbiais como construções de ilhas.

A mesma comparação foi feita com períodos compostos por coordenação, como os exemplos abaixo:

- (5) a - Rosane comprou um vestido e Fernando pagou com cheque de qual banco?
b - *De qual banco Rosane comprou um vestido e Fernando pagou com cheque?
- (6) a - Eu estudo latim e você estuda que língua?
b - *Que língua eu estudo latim e você estuda?

A situação com as coordenadas parecia a mesma. Entretanto, uma nova coleta e testagem de dados mostraram que eram gramaticais, em português, as estruturas abaixo:

- (5) c- Rosane comprou um vestido e de qual banco Fernando pagou com cheque?
- (6) c- Eu estudo latim e que língua você estuda?

A diferença entre as sentenças (5 a-b) e (5c), e entre as de (6 a-b) e (6c) parecia apontar para uma conclusão segundo a qual a coordenação permitia algum tipo de movimento, o que não acontecia com a subordinação. Entretanto, quando se tratava de levar o SN-q para o início de toda a estrutura, todas as sentenças

acima mencionadas tinham igual comportamento, ou seja, não era permitido tal movimento.

Várias foram as tentativas de solução. A teoria, no entanto, não fornecia meios para uma explicação sobre tão estranho comportamento, mesmo incorporando, em seu arcabouço, as “restrições de ilha”, postuladas por Ross (1967). Nesse caso, estar-se-ia diante de configurações estruturais que impediam o movimento do SN interrogado. No entanto, nem mesmo essa análise era suficiente para explicar grande parte das ocorrências. Por exemplo, nem todo tipo de oração subordinada se apresentava como sujeita a essas restrições (se se considerar, como na época, que a subordinação constitui um bloco, não admitindo diferentes tipos de subordinação). Assim, uma oração relativa teria o mesmo comportamento de uma adverbial, como apontam os exemplos abaixo:

- (7) a- Geovane gostou da palestra que você proferiu onde?
 b- *Onde Geovane gostou da palestra que você proferiu?

Já uma subordinada complemento mostra-se sensível à aplicação da regra de movimento do SN-q, como na estrutura que se segue:

- (8) a- Águeda disse que Evane vendeu o quê?
 b- O que Águeda disse que Evane vendeu?

O sintagma interrogado o que está numa oração que é argumento do verbo dizer, seu objeto direto. A ocorrência do SN-q no início de toda a estrutura mostrou-se possível.

Continuava, entretanto, a pergunta: por que algumas subordinadas permitiam o movimento do SN-q para fora delas, e outras, não? Em outros termos, por que somente algumas subordinadas se comportavam como “ilhas” quanto à aplicação daquela regra de movimento?

Ross acrescentou, às restrições de ilhas, três condições conhecidas como: Restrição sobre SN Complexo, Restrição sobre Estruturas Coordenadas e Restrição sobre Sujeito Sentencial. Assim, segundo ele, na estrutura abaixo não seria possível o movimento do sintagma interrogado para o início da sentença, uma vez que o elemento interrogado faz parte de um SN Complexo (estando dentro de uma oração relativa restritiva – com ‘cabeça’, nesse caso, isto é, com núcleo nominal):

- (9) a. Giovanni atropelou a moça que ele conheceu onde?
 b. *Onde Giovanni atropelou a moça que ele conheceu?
 (Mantendo-se a relação de onde com o verbo conhecer, e não com atropelar)

Já em (10b), abaixo, o movimento não foi possível por força da Restrição sobre Estruturas Coordenadas, uma vez que o SN-q está dentro de uma delas, no caso, a segunda:

- (10) a. Cristina comeu mamão e você comeu o quê?
b. *O que Cristina comeu mamão e você comeu?

Finalmente, (11b) e (12b) não seriam, segundo Ross, passíveis de ocorrência, tendo em vista a Restrição sobre Sujeito Sentencial. Tanto em (11a) quanto em (12a) o SN-q está dentro da oração que é sujeito do predicado é obvio (em 11a), e me chateia, em (12a):

- (11) a. É obvio que Luciana ama quem?
b. *Quem é óbvio que Luciana ama?
(12) a. Me chateia Angélica não gostar de quem?
b. *De quem me chateia Angélica não gostar?

Um questionamento feito por Ross (1967) sobre o movimento de SN-q procura mostrar que esse movimento não é ilimitado, em termos de tamanho da estrutura que ele encabeça. Aponta Ross que é gramatical o movimento de SN-q em estruturas com *that* complemento de verbo (em português, estruturas oracionais substantivas objetivas). O mesmo não acontece quando as estruturas com *that* são complemento de nome, como no caso exemplificado em (13), a seguir (oração completiva nominal):

- (13) a. Sueli mencionou o fato de que o ladrão correu atrás de quem?
b. *De quem Sueli mencionou o fato de que o ladrão correu atrás?

Segundo Lobato (1986, p.258), ao se admitir, na língua, variação quanto às configurações de ilha, percebe-se que no português é permitida a extração de dentro de SN complexos. Assim, segundo essa autora, (14) é uma estrutura possível no português:

- (14) ? Quem você acredita no boato de que beijou Andréia?

Entretanto, não creio que esse possa ser um contra-exemplo à restrição de Ross, uma vez que não encontrei, nos dados examinados, nenhum caso desse tipo, em que o SN quem é sujeito da oração quem beijou Andréia, que é uma oração complemento de nome (no caso, o boato) — tradicionalmente conhecida como completiva nominal.

Voltando às estruturas em que o SN-q ocorria dentro de uma oração adverbial — como (3) e (4) dadas anteriormente — continuava sem uma explicação satisfatória a razão pela qual o SN-q não ocorria no início de toda a sentença.

Os estudos por mim empreendidos, nos últimos anos, na teoria funcionalista me permitiram aventar uma resposta ao problema até então não satisfatoriamente explicado. Uma possível solução se insinuou através da noção de “unidade de informação” – UI –, postulada por Chafe (1980). Segundo esse autor, trata-se de um jato de linguagem que contém toda a informação que pode ser ‘manipulada’ (ou monitorada) pelo falante num único foco de *consciousness* (ou “estado de consciência”, conforme KATO 1985, p. 35). O autor dá outras características dessa unidade, que não interessam neste trabalho. Interessa, aqui, principalmente o fato de que essa unidade, sendo um bloco de informação, expressa o que está na “memória de curto termo” (ou “memória rasa”, ou ainda “memória de médio prazo”, conforme já apontou KATO, 1985). Tal noção foi por mim utilizada (cf. DECAT 1999, 2001, 2005) para explicar, já numa abordagem funcionalista, não só o comportamento de certas orações adverbiais que apareciam desligadas da oração-núcleo (ou matriz) – a que chamei de orações ‘desgarradas’ – como também o comportamento idêntico das orações relativas explicativas (ou relativas apositivas).

A questão parecia, finalmente, estar resolvida: o problema da não-aplicação da regra de movimento de SN-q não era das orações adverbiais, pelo simples fato de serem adverbiais. A explicação passa a ter, na noção de “unidade de informação”, seu ponto básico: o SN-q não podia movimentar-se para o início da sentença quando ele originalmente estava dentro de uma oração que, por si mesma, era uma unidade informacional. Estava, assim, explicado por que nas orações de (2) o movimento era permitido, dando origem a estruturas gramaticais, quando isso não era possível nos demais casos exemplificados: é que o SN-q não poderia ser movido para fora da unidade informacional à qual ele pertencia. Isso viria a resolver também o caso das estruturas com coordenação; nelas, cada oração é uma unidade de informação à parte, e por isso são também chamadas de orações independentes (nos termos da gramática tradicional). Já o SN-q da estrutura (2) teve seu movimento permitido porque a oração que Cláudia comprou o quê faz parte de toda a estrutura constituída pela sentença inteira, pois tal oração está na condição de uma oração encaixada, integrada estruturalmente numa estrutura de nível maior, exercendo uma função – no caso, de objeto direto – como argumento do verbo da oração-núcleo.

Ressalte-se que a explicação acima faz uso de uma argumentação de base gerativista, uma vez que se admite a existência de uma estrutura original da qual se ‘desloca’ um elemento. Em termos funcionalistas, no entanto, pode-se argumentar que o SN-q não ocorre em início de um complexo oracional que tem, dentro dele, uma oração adverbial. E mais: por constituir a oração adverbial, assim como a coordenada, uma unidade de infor-

mação à parte, é evidente que todos os elementos pertencentes ao bloco de informação que tais tipos de orações codificam, ou materializam, estejam dentro desse bloco. Não há, portanto, por que falar em movimento, mas de lugares de ocorrência.

Se se entender que uma configuração sintática vista como “ilha” assim se caracteriza por causa de seu ‘isolamento’, talvez se possa aliar às “restrições de ilhas”, de Ross (1967), um tratamento funcionalista, dando, portanto, a essas restrições assim reformuladas um caráter mais explanatório. Em outras palavras, qualquer que tenha sido a evolução da teoria gerativa no que diz respeito a esses tipos de estruturas que estão sendo analisados aqui, creio que a noção funcionalista de “unidade de informação” (ou “unidade de idéia”, “bloco de informação”) atinge esse poder explanatório, saindo da esfera meramente material e descritiva, atribuída às ilhas, para a esfera conceitual, tomando o estatuto informacional da estrutura como parâmetro para a análise.

Retomando Ross (1967), postula esse autor que o movimento do SN-q é gramatical (em termos gerativistas) dentro dos limites de uma “ilha”, e não além de suas fronteiras. Ora, o tratamento funcionalista que aqui estou propondo permite que se reconheçam algumas dessas ilhas como “blocos de informação” à parte, como “unidades de informação”. Dessa forma, explica-se a não-ocorrência de sintagmas interrogados em início de estruturas complexas que contenham: a) orações coordenadas (como 5, 6 e 10 dadas anteriormente); b) orações adverbiais (como 3 e 4, vistas antes); c) orações relativas restritivas (como 7 e 9); d) um SN-q dentro de uma oração substantiva subjetiva (como 11 e 12); e) finalmente, aquelas em que o SN-q faz parte de uma oração complemento de nome (como 13). Dentre essas estruturas, as de tipo a e b comportam-se como “unidades de informação” à parte. Por outro lado, vão permitir a ocorrência de um SN-q no início da estrutura sentencial as orações complemento de verbo (como 2 e 8), porque elas constituem, juntamente com o restante da estrutura, uma única “unidade de informação”, por serem argumento de verbo e estando, portanto, integradas semântica e estruturalmente à estrutura global.

Há, no entanto, algumas restrições de Ross que se mantêm, ou seja, às quais a análise com base na noção de “unidade de informação” não se aplica. Por exemplo, as estruturas dadas em (11) e (12), embora sejam, cada uma delas, uma única unidade informacional, têm o sintagma interrogado como constituinte de uma oração que é sujeito de toda a estrutura. Assim, fica mantida a Restrição sobre Sujeito Sentencial para explicar a não-ocorrência desse elemento no início de toda a estrutura. Também em (13) não é possível o aparecimento do SN-q na posição inicial da estrutura. Embora se tenha, nesse caso, um único “bloco de informação”, o SN-q é constituinte de uma oração complemento

de nome, construção essa que constitui uma das restrições de Ross ao movimento do sintagma interrogado.

Uma análise alternativa poderia ser atribuída à estrutura encontrada em (13). Tal análise tem seu fundamento nas relações lógico-semânticas postuladas por Halliday (1994) para a articulação de orações. Poder-se-ia dizer, então, que em (13) há duas unidades de informação, sendo que a segunda é uma projeção de um nome (fato) que ocorre na primeira unidade. Assim, não seria possível a ocorrência do SN-q no início, como mostra (13b), e estaria mantida a restrição sobre complemento de nome. Observe-se que uma estrutura cujo conteúdo informacional fosse o mesmo de (13) evidenciaria a existência de duas unidades de informação. Trata-se da estrutura de projeção paratática, como (13c) abaixo

- (13) c. Sueli mencionou o fato: o ladrão correu atrás de quem? (diferentemente de 13b, em que a projeção era hipotática, segundo Halliday), em que se projeta uma idéia (no caso, materializada no nome fato). Disso resulta a impossibilidade de ocorrência do sintagma interrogado no início da estrutura.

Da mesma forma acontece com uma estrutura em que há uma relação de projeção de uma locução — portanto, com verbos *dicendi* —, como em

- (15) a. João disse: ele viu o quê?
b. * O que João disse: ele viu?

O fato de ser um discurso direto (uma citação de fala) já aponta para a existência de duas unidades de informação, se se entender que o fato de uma oração se projetar sobre a outra significa que ela funciona como uma representação da própria representação lingüística. Dessa projeção surge o discurso direto (com duas unidades de informação relacionadas parataticamente) e o discurso indireto, como apresentado em (13a) e também em (16) abaixo, em que a projeção se faz hipotaticamente, materializando, portanto, uma única unidade de informação, e permitindo a ocorrência do SN-q no início:

- (16) a. João disse que viu o quê?
b. O que João disse que viu?

Pode-se dizer, então, que na relação de projeção (seja de locução, seja de uma idéia), as construções paratáticas, por caracterizarem discurso direto, terão sempre duas (ou mais) unidades de informação. Já as projeções hipotáticas vão se constituir numa só unidade informacional, explicando, portanto, a ocorrência do SN-q no início do enunciado, como em

- (17) a. Carmen pensou que estava fazendo o que ali?
b. O que Carmen pensou que estava fazendo ali?

No primeiro caso – ou seja, nas projeções paratáticas –, por se constituírem em duas unidades informacionais, as orações mantêm entre si um vínculo mais frouxo, e, por isso, consideradas por Bally (1965), dentre outros estudiosos, como um processo de coordenação. Já no caso do discurso indireto (por projeção hipotática de uma locução ou idéia) tem-se o que Bally chama de “soldadura” – que corresponde ao “encaixamento” nos termos de Halliday (1994). Por haver essa “soldadura” é que se pode dizer que há, na estrutura dada em (17), assim como em outras já apresentadas, uma única unidade de informação, razão pela qual é possível a ocorrência do SN-q no início de toda a estrutura. Em outras palavras, o SN-q ocorre dentro dos limites do “bloco de informação” a que ele pertence.

Ainda uma explicação funcionalista que reforça o tratamento por “unidade de informação” é a proposta de Matthiessen & Thompson (1988) para o estudo da articulação de orações. Partem eles de relações retóricas, distribuídas em dois tipos – as de “núcleo-satélite” e as de “listagem” – para mostrar como se dão as relações das orações entre si ou com porções maiores de texto. A relação núcleo-satélite refletiria, no meu entender, uma relação entre duas unidades de informação, sendo uma ancilar da outra. Isso explica a ocorrência do SN-q no início de uma estrutura em que uma das unidades de informação é uma oração adverbial, como foi exemplificado em (3) e (4).

O mesmo resultado, em termos dessa noção aqui utilizada, teriam as relações de listagem, em que as orações têm o mesmo estatuto, consistindo, portanto, núcleos distintos e sendo, por isso, chamadas de coordenadas. Assim, numa relação de listagem, que seria uma relação paratática, o SN-q não ocorreria à frente da primeira unidade de informação – a menos que ele fizesse parte dela, como no exemplo abaixo:

- (18) a. Glória fez o que e Décio protestou?
b. O que Glória fez e Décio protestou?

Em (18a) o SN-q está dentro da unidade Glória fez o que. Se, ao contrário, o sintagma interrogado estivesse na segunda unidade (Décio protestou), ele não poderia ocorrer à frente da primeira, como comprova (19b) a seguir:

- (19) a. Marcelo protestou e Mary fez o quê?
b. *O que Marcelo protestou e Mary fez?

Em suma, quando é uma relação retórica que se estabelece entre as duas orações, ou seja, relação de núcleo-satélite (no caso das adverbiais, por exemplo, em que a oração adverbial é o satélite), ou de listagem (no caso da coordenação), não se dá a ocorrência do SN-q no início da estrutura complexa porque:

- a) trata-se de relações de organização do discurso em termos das unidades de informação. Em outras palavras, tais unidades vão se relacionar umas com as outras ou através da relação núcleo-satélite, ou através de listagem. No primeiro caso, tem-se a relação hipotática; no segundo, tem-se a coordenação;
- b) nos termos de Bally (1965), pode-se dizer que o movimento de SN-q (ou, em bases funcionalistas, a ocorrência do SN-q) se dá dentro de estruturas caracterizadas como de “soldadura”, em que uma oração se integra estruturalmente em outra. É no caso de ele ocorrer em estruturas de coordenação ou de “segmentação” (esse último, o caso das relações adverbiais), o movimento para fora dessas estruturas não se dá. Isso porque elas têm um grau de integração menor em comparação com as estruturas resultantes de “soldadura”, ou seja, estruturas de “encaixamento”, nos termos de Halliday (1994) e também de Matthiessen & Thompson (1988). Assim, as orações adverbiais são “ilhas” semânticas e estruturais, como também o são as orações coordenadas. Sendo ilhas semânticas, elas se caracterizam como unidades de informação à parte.

O papel da unidade de informação como determinante da ocorrência do SN-q no início da sentença complexa também pode evidenciar-se quando levadas em conta, na análise, as relações lógico-semânticas de expansão, dadas por Halliday (1994). Em todos os três tipos – expansão por elaboração (exemplos 20 e 21), por extensão (exemplos 22 e 23) e por realce (exemplos 24 e 25) –, em ambas as relações táticas (parataxe: ocorrências pares; e hipotaxe: ocorrências ímpares), não é possível a ocorrência do SN-q no início da sentença, como mostram os exemplos abaixo, constituídos, todos eles, de duas unidades de informação:

- (20) a. Maria não se conteve, comprou o quê?
b. *O que Maria não se conteve, comprou?
- (21) a. João fugiu, o que espantou a quem?
b. *A quem João fugiu, o que espantou?
- (22) a. João foi ao shopping e comprou o quê?
b. *O que João foi ao shopping e comprou?
- (23) a. João entrou na festa, ao passo que Jair foi fazer o quê?
b. *O que João entrou na festa, ao passo que Jair foi fazer?
- (24) a. João estava com fome, então ele comeu o quê?
b. *O que João estava com fome, então ele comeu?

- (25) a. João passou mal porque comeu o quê?
b. *O que João passou mal porque comeu?

Em (21) apresenta-se uma estrutura até então não discutida neste trabalho. Trata-se de uma construção com uma oração relativa apositiva (tradicionalmente, relativa explicativa), sem um núcleo nominal como antecedente, e que constitui por si uma unidade de informação à parte, o que explica a não-ocorrência do SN-q no início da estrutura. A oração relativa apositiva constitui, portanto, assim como vários outros tipos vistos até agora, uma “ilha”, mas não foi incluída por Ross (1967) em seu estudo, assim como não o foram as adverbiais. Da mesma forma que as adverbiais, ela mantém, com a oração que a precede, uma relação de “segmentação”, nos termos de Bally (1965), de caráter mais frouxo que a “soldadura”, que caracteriza as orações encaixadas.

Para finalizar essa discussão, gostaria de retomar um fato que já venho analisando há algum tempo, que diz respeito à possibilidade de ocorrência, no português escrito, de orações ‘destacadas’ da porção textual com a qual mantém algum vínculo semântico. Trata-se das orações “desgarradas” (cf. DECAT 1999, 2001, 2005), ocorrendo como enunciados independentes, materializadas tanto por orações adverbiais quanto por orações relativas apositivas. A separabilidade estrutural dessas orações é favorecida por seu estatuto de “ilha”. Assim, ser uma “ilha” – e, por isso, estar “desgarrada” – significa, em termos funcionalistas, ser uma “unidade de informação”

Por tudo o que foi apresentado, creio que se pode alcançar maior generalização se se trabalhar a pergunta: Por que uma “ilha” é uma ilha? Ou seja, por que determinadas construções estabelecem algum tipo de restrição à ocorrência de elementos em determinados contextos, ou lugares sintáticos? Não bastaria elencar os tipos de construções que se comportam como ilhas (estruturas coordenadas, relativas restritivas, relativas apositivas, etc.). A lista poderia se modificar e se estender em demasia, admitindo-se, como apontou Lobato (1986), que as ilhas variam de configuração na língua. É preciso encontrar uma razão de outra ordem para que as construções se comportem como ilhas. Uma solução possível, e que atinge maior poder explanatório – porque vai abranger toda construção que for “ilha” – é dar uma abordagem funcionalista à análise, incorporando a ela a noção de “unidade de informação”. A resposta à pergunta acima estará, como proponho, no fato de que uma ilha é a configuração material de uma “unidade de informação”. Assim, basta que uma estrutura constitua, por si só, uma unidade de informação para que ela impeça a ocorrência, fora de seus limites, de qualquer elemento que dela faça parte. Em outras palavras, uma construção de ilha é uma ilha, numa língua, porque ela é uma unidade de informação e, como tal, abarca um conjunto conceitual coeso.

Estarão, assim, explicadas, senão todas, pelo menos algumas das restrições dadas por Ross (1967), encontrando na abordagem funcionalista uma maior abrangência. Dessa forma, podem ser arroladas como materialização de uma mesma noção semântica (a “unidade de informação”) as seguintes estruturas:

- estruturas com orações coordenadas;
- estruturas com orações adverbiais;
- estruturas com orações relativas apositivas;
- estruturas com orações complemento de verbo (portanto, encaixadas).

A título de ilustração da real materialização lingüística do fato aqui estudado, seguem alguns exemplos retirados do *corpus* do NURC/SP, em especial das entrevistas entre um documentador e um informante (DID), e entre dois informantes (D2), nos quais também estão sublinhados os sintagmas interrogados:

- (26) e como é que surgiu que idéia de vocês...fazerem teatro e:: de quem vocês tiveram mais apoio...pra poder realizar essas peças? (DID, Inq.161, p. 40, l.117-9)
- (27) conta uma coisa...que tipo de peça assim...quer dizer o estilo da peça...que você acha que é mais aceito pelo público?...quer dizer o::o que o que precisa existir numa peça de teatro para ela:: atingir realmente a massa?... (DID, Inq. 161, p.49, l.488-491)
- (28) quando você tem algum problema de vista você recorre a quem? (DID, Inq.251, p.64, l.211-2)
- (29) quando você não come em casa onde você costuma comer e o que você costuma comer? (DID, Inq. 235, p.124, l. 170-1)
- (30) e quando vocês quiseram...escolher uma carreira...o que as levou escolher a carreira? (D2, Inq.360, p.174, l.1511-2)
- (31) cimento armado né?...e outros países já usam o quê? estrutura de ferro quer dizer:: rapidez na construção lógico [...] (D2, Inq.62, p.87, l1134-6)

Em síntese, as questões discutidas pretendem evidenciar o poder explanatório de uma abordagem funcionalista para os fatos da língua. Certamente poderão surgir contra-argumentos às idéias aqui expostas, uma vez que não pretendi esgotar o assunto, mas contribuir para o avanço das discussões.

Abstract

This paper introduces a functionalist approach to structures of the “island constraints” type, thus named by Ross (1967) within a generative perspective. We will show that the restrictions those islands impose on the occurrence of constituents in certain structural positions is due to their functional status of “idea units”, therefore not allowing extraction or movement of any of the constituents across their boundaries.

Keywords: island constraints; idea units, functionalism

Referências

- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique historique*. 4. ed. [S.l.]: Éditions Francke Berne, 1965.
- CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986-1987. (Projeto NURC, vol II - Entrevistas - Diálogos entre dois informantes).
- CHAFE, W.L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W.L. (ed.) *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.
- DECAT, M.B.N. *Movimento de Sintagma Nominal Interrogado em Português*. Dissertação de Mestrado - FALE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1978. Inédita.
- _____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta: Lingüística e Filologia*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1. sem. 1999.
- _____. Orações adjetivas explicativas no Português Brasileiro e no Português Europeu: aposição rumo ao ‘desgarramento’. *Scripta: Lingüística e Filologia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 104-118, 2. sem. 2001.
- _____. Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégia de focalização e argumentação. *Veredas: Revista de Estudos Lingüísticos*, Juiz de Fora, v. 8, n.1-2, p. 79-101, jan./dez. 2004. Impresso em 2005.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.
- KATO, M. A. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- LOBATO, L. M. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN; THOMPSON (Ed.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

PRETI, D.; URBANO, H. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz: FAPESP, 1988. (Projeto NURC, vol. III - Entrevistas - Diálogos entre informante e documentador)

ROSS, J. R. *Constraints on variables in syntax*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1967.